



Estágio Supervisionado em desenvolvimento: o que revelam os alunos estagiários

Iara **Zimmer**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, PUC-SP
Brasil

iaraz@ig.com.br

Sílvia Dias Alcântara **Machado**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, PUC-SP
Brasil

silviada@uol.com.br

Este estudo apresenta parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado do primeiro autor, orientada pelo segundo autor, cujo objetivo maior é investigar como ocorre o *Estágio Supervisionado* em licenciaturas matemáticas de universidades públicas brasileiras. O recorte para o presente trabalho refere-se sobre a visão de alunos estagiários de licenciatura em matemática, de uma instituição pública do Sul do Brasil, sobre a vivência no estágio supervisionado.

Analisamos o que dizem as leis brasileiras sobre o assunto, como o projeto pedagógico do curso interpreta e estabelece esse estágio, para finalmente abordarmos como os estudantes do curso pensam e vivenciam esse estágio. A coleta de dados envolveu um estudo documental, cujo corpus constou de análise de leis federais, do projeto pedagógico de um curso de licenciatura e entrevistas. Metodologicamente, a pesquisa caminhou para uma abordagem qualitativa, conforme Lüdke e André (1986) e Creswell (2010). Dessa forma, a coleta se resume a um estudo de caso, e para isso, realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro estagiários do curso em questão.

Entendemos que o Estágio é componente curricular essencial nos cursos de formação inicial de professores de Matemática, pois ele possibilita desenvolver ações onde o aluno-estagiário possa se tornar responsável por tarefas em ordem crescente de complexidade e vá tomando ciência dos processos formadores, bem como uma aprendizagem sob a supervisão de profissionais experientes e competentes.

O Projeto Pedagógico, do curso em questão, descreve que o perfil almejado do formando é o de um profissional com sólida formação matemática e didático-pedagógica, criativo e autônomo, capaz de enfrentar e transformar *a precária situação da educação no país*. Para tanto, consta que a formação será sustentada por um tripé: o saber matemático; o saber didático e a

relação teoria-prática, que possibilite o aluno adquirir estas habilidades. O currículo deste curso está estruturado em núcleos de disciplinas. Destaca que o Estágio é essencial nesse curso possibilitando seu desenvolvimento sendo realizado em três diferentes momentos: o Estágio I, com carga horária de 72 h/a, tem o objetivo de inserir o aluno na rotina da escola, dando-lhe oportunidade de observar as aulas em todos os níveis e de efetuar pequenas tarefas relacionadas com a docência, com observação direta *in loco* dispondo; os Estágios II e III, tem cada um, carga horária de 204 h/a, e a função de fornecer uma experiência de docência propriamente dita. Assim, observamos que o referido curso tem uma carga horária total de 480h, superior ao estabelecido na resolução que é de 400h. Os estágios se concretizam em escolas públicas o que na visão dos entrevistados é relevante como o primeiro contato com uma classe da educação básica em provável futuro local de sua docência.

As análises feitas nos possibilitou concluir que na visão dos entrevistados o estágio supervisionado propiciou refletir sobre seus saberes relacionados às várias situações. Por outro lado, alguns dos estagiários mostraram desconhecer a importância da observação, o que nos permite sugerir que as disciplinas mais ligadas à prática propiciem uma reflexão mais profunda sobre o tema da observação. É importante ressaltar as falas de mais de um dos estagiários sobre o que consideram um ‘bom professor’: aquele que *domina o conteúdo e impõe sua autoridade dominando a classe*.

Referências e bibliografia

- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br (acesso em maio de 2014)
- _____. (2002). Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*. Brasília, 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: portal.mec.gov.br (acesso em maio de 2014)
- _____. (2002). Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 2*. Brasília, 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: portal.mec.gov.br (acesso em maio de 2014)
- _____. (2003). Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 3*. Brasília, 18 de fevereiro de 2003. Disponível em: portal.mec.gov.br (acesso em maio de 2014)
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto?* Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed.
- Lüdke, M.; André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. S. Paulo: EPU.
- Reis, A. S. dos (2007). *Breve História da Legislação Educacional no Brasil*. Disponível em <http://cei.edunet.sp.gov.br/subpages/projetos/professoresprodacademica/Breve%20Hist%20F3ria%20da%20Legisla%20E3o%20Educacional%20no%20Brasil.htm> . (acesso em maio de 2014).